

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.190 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 2000

Relator do Orçamento aceita criação de fundo para reajustar salário mínimo

Comissão Mista discute amanhã o relatório preliminar sobre receitas, preparado por Amir Lando com auxílio de um comitê de deputados e senadores. É o primeiro passo na tramitação da proposta orçamentária para 2001

PÁGINA 2



Os 67 anos da criação de Goiânia (foto), capital de Goiás, foram homenageados em Plenário pelo senador Albino Boaventura. "De um mero centro administrativo, a cidade transformou-se em avançado pólo cultural, universitário e agroindustrial", disse o senador

PÁGINA 4

Comissões votam restrição à propaganda de cigarros

PÁGINA 3

Plenário aprecia Funttel em regime de urgência

PÁGINA 3



Ney Suassuna preside a Comissão de Assuntos Econômicos

CAE faz audiência pública sobre Lei de Informática

PÁGINA 3

Proposta estimula parceria universidade-empresa

PÁGINA 3

CPI do Futebol examina negócios com o exterior

PÁGINA 5

Mozarildo pede menos timidez na defesa da Amazônia

PÁGINA 8

Vai à Câmara projeto que amplia justiça gratuita

PÁGINA 2

TV Senado já pode ser vista por 44 milhões de pessoas



Artur da Távola

Távola divulga música clássica

PÁGINAS 6 E 7

A TV Senado está ampliando seu alcance para um universo de 44 milhões de telespectadores com o ingresso em mais um canal do satélite Brasilsat B-1, gerenciado pela Embratel. A partir de agora, a emissora, que funciona há cinco anos, passa a operar simultaneamente nas áreas analógica e digital do satélite.

Comissão examina relatório preliminar sobre receitas

Relator anuncia que, entre as 118 emendas apresentadas ao documento, aceitará a que cria fundo para aumento do mínimo

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se amanhã, às 16h, para discutir e votar o relatório preliminar sobre receitas, preparado pelo relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), com auxílio de um comitê de deputados e senadores. Foram apresentadas 118 emendas ao relatório e Amir Lando aceitará algumas delas, inclusive as que criam um fundo para receber verbas destinadas a sustentar o aumento do salário mínimo de R\$ 151 para R\$ 180.

Em seu relatório preliminar, o senador não faz qualquer alteração nos números de arrecadação propostos pelo Executivo, mas aponta caminhos para se obter dinheiro para o salário mínimo. A principal alternativa é a cobrança de Imposto de Renda das aplicações financeiras dos fundos de pensão, que renderia ao Tesouro Nacional cerca de R\$ 2 bilhões todo ano.

Amir Lando informa ainda que pretende apresentar, no decorrer

de novembro, um adendo ao relatório preliminar de receitas assim que chegarem ao Congresso dados do Ministério da Fazenda sobre o comportamento da arrecadação federal até outubro. Baseado em estudos das consultorias de Orçamento e Fiscalização da Câmara e do Senado, o relator-geral sustenta que existem indícios de que algumas previsões de receitas "são conservadoras". O relatório exclui das receitas, que somarão no ano que vem R\$ 268,9 bilhões, exatamente R\$ 1,4 bilhão que seriam cobrados dos inativos do serviço público federal.

A votação do relatório de receitas é o primeiro passo na tramitação do Orçamento 2001. Na quarta-feira, inicia-se o período de 11 dias em que os parlamentares, bancadas estaduais e regionais e comissões permanentes da Câmara e do Senado devem apresentar suas emendas, as quais serão examinadas por dez sub-relatores setoriais.



Pedro Simon, relator da matéria, sugeriu a aprovação de projeto de Lúcio Alcântara

CE vota projetos que obrigam TV a usar legenda oculta

A Comissão de Educação (CE) examina, amanhã, em caráter terminativo, projetos de lei que obrigam as emissoras de televisão a usarem o legendamento oculto, recurso conhecido como *closed caption*, que permite o acompanhamento dos programas televisivos por deficientes auditivos. A reunião está marcada para as 11h30.

A obrigatoriedade consta de dois projetos, apresentados pelos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Luiz Pontes (PSDB-CE). O senador Pedro Simon (PMDB-RS), relator das matérias, sugeriu a aprovação do projeto de Lúcio Alcântara, por ser mais abrangente. A proposta de Luiz Pontes se limitava à obrigatoriedade de legendamento oculto para as mensagens governamentais veiculadas pelas emissoras. O projeto da Alcântara obriga, também, a que pelo menos 20% dos aparelhos de TV fabricados ou montados no Brasil contenham o circuito de decodificação da legenda oculta.

Ampliação da gratuidade da Justiça segue para a Câmara

Projeto que simplifica a concessão de Justiça gratuita na área trabalhista foi enviado pelo Senado à Câmara dos Deputados na sexta-feira. A proposta é de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e estende aos juizes de direito da área trabalhista a faculdade de conceder o benefício da Justiça gratuita.

Aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em setembro, o projeto seguiu diretamente para análise dos deputados porque não houve recurso pedindo sua análise pelo Plenário do Senado.

De acordo com a proposta, o benefício será concedido aos trabalhadores que receberem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo ou que provarem seu "estado de miserabilidade". A decisão pode ser tomada atualmente apenas pelos presidentes dos tribunais do Trabalho. A possibilidade de ampliação do poder de se conceder o benefício foi elogiada pelo relator do projeto, senador Pedro Simon (PMDB-RS), para quem os juizes de primeira instância são mais aptos a avaliar as condições econômicas do empregado que pede isenção de custas.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 2000

Brasil 500



PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 47/99, que institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel); segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 88/99, que altera os artigos 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional; PDL nº 236/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Alvorada FM para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro (RJ); PDL nº 250/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Assis para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Assis (SP); PDL nº 266/99, que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Jornal de Rio Claro para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Claro (SP); PDL nº 20/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado do Salimões; Mensagem nº 179/2000, que solicita a retirada da Mensagem nº 156/2000, através da qual submete à deliberação do Senado o nome de Alfredo Carlos de Oliveira Tavares para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Dominicana; e Requerimento nº 531/2000, do senador José Alencar, solicitando que a PEC nº 2/2000 seja desapensada das PECs nºs 77/99 e 22 e 28, de 2000.

Quarta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 267/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Musical para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jacareí (SP); PDL nº 295/99, que aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Excelsior de Comunicação para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Claro (SP); e PDL nº 101/2000, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Alvorada FM de Salinas para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salinas (MG).

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: audiência pública destinada a instruir o PLC nº 49/99, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação, com a presença do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel; dos secretários-executivos dos ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Benjamim Sicus; e da Ciência e Tecnologia, Carlos Pacheco, e do vice-governador do estado do Amazonas, Samuel Assayag Hanan. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Reunião extraordinária conjunta das comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLC nº 47/2000, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: apreciação de diversos projetos, destacando-se o PLC nº 47/2000, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 286/99, que dispõe sobre a inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

15h — CPI do Roubo de Cargas

Pauta: depoimento dos presidentes do Sindicato dos Transportadores de Cargas da Paraíba, Edvaldo Bronzeado, e da Associação Brasileira de Transportadores de Cargas, Newton Gibson. *Ala Senador Ala Nilo Coelho — Sala 2*

16h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: apreciação do relatório preliminar, com as emendas, apresentado à Proposta Orçamentária para 2001. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

Após a Ordem do Dia — CPI do Futebol

Pauta: audiência pública com o depoimento do chefe do Departamento de Ilícitos Cambiais e Financeiros do Banco Central, Ricardo Lio. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: apresentação das cinco emendas da Comissão ao Orçamento de 2001. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

Quarta-feira

9h — CPI do Futebol

Pauta: audiência pública com a presença do ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornêlas. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

ESPECIAL

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Pânico no Lago*, de Steve Miner. *Auditório Petrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário vota amanhã projeto que cria o Funttel

O Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações tem entre os seus objetivos a capacitação de recursos humanos, a geração de empregos e a ampliação da competitividade das empresas que atuam no setor

Limite para propaganda de cigarros vai a votação

O projeto que limita a propaganda de cigarros deverá ser colocado em votação amanhã nas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), após a apresentação do parecer do relator da matéria, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). A proposta, apresentada pelo Executivo, tramita em regime de urgência nas duas comissões.

Pelo projeto, a propaganda comercial de cigarros só poderá ocorrer por meio de pôsteres, painéis e cartazes, na parte interna dos locais de venda. Além disso, não poderá incluir a participação de crianças ou adolescentes, nem associar o uso do produto à prática de atividades esportivas ou sugerir seu consumo em situações perigosas, abusivas ou ilegais.

Segundo a legislação em vigor, os anúncios de cigarros são permitidos nas emissoras de rádio e televisão entre as 21h e as 6h. Em exposição de motivos enviada ao Congresso junto com o projeto, o ministro da Saúde, José Serra, afirma que as medidas contidas na lei atual não foram suficientes para inibir o uso de cigarros. Por isso, ele sugere a revisão da lei para permitir a queda dos índices de consumo, melhorando o perfil de saúde da população e reduzindo os custos do Sistema Único de Saúde (SUS).

“As alterações propostas vão na linha de estabelecer maior inibição à divulgação desses produtos, seja pela limitação dos veículos autorizados a veicular propaganda de produtos fumígenos, seja pela imposição de penalidades com maior poder de intimidação”, afirma Serra na exposição de motivos.

O projeto de lei fixa multas de R\$ 5 mil a R\$ 100 mil aos infratores, sem prejuízo de outras penalidades legais previstas, especialmente na legislação de telecomunicações e no Código de Defesa do Consumidor. Inclui ainda a possibilidade de suspensão de emissora de rádio e televisão, pelo tempo de 10 minutos, para cada minuto – ou fração – de duração da propaganda de cigarro transmitida.

Em regime de urgência, o Senado vota amanhã projeto criando o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel). Seus objetivos são estimular a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias, incentivar a capacitação de recursos humanos, gerar empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, além de ampliar a competição no setor.

O projeto estabelece que o fundo será administrado por um Conselho Gestor e terá como agentes financeiros o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Empresa Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). O texto determina ainda que o patrimônio inicial do Funttel será constituído com R\$ 100 milhões, oriundos



Jefferson relata projeto, também a ser votado amanhã, que trata da criação do estado do Solimões

do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel).

A proposta destina ao fundo um percentual das receitas auferidas com as concessões, permissões e autorizações de serviços de teleco-

municações e de uso de radiofrequências, assim como a aprovação de laudos sobre produtos. O percentual será fixado anualmente pela lei orçamentária.

Também amanhã, o Senado examinará projeto do senador Mozirildo Cavalcanti (PFL-RR) sobre a realização de plebiscito com vistas à criação do estado do Solimões.

O plebiscito se realizaria nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos, Japurá, Maraã, Tonantins, Santo Antonio do Içá, Fonte Boa, São Paulo de Olivença, Amaturá, Jutai, Juruá, Uarini, Alvarães, Tefé, Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte, Carauari, Itamarati, Pauini, Boca do Acre, Envira, Eirunepe, Ipixuna e Guajará, que formariam o novo estado.

Em seu parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Jefferson Pêres (PDT-AM) considerou o projeto inadequado por determinar a realização do plebiscito apenas nos municípios a serem desmembrados. Ele propõe que a consulta popular abranja todo o estado do Amazonas, “pois toda a população amazonense é diretamente interessada na questão”.

Jefferson reconheceu a necessidade de divisão territorial do Amazonas para estimular o seu desenvolvimento, mas afirmou que a melhor forma de se atingir esse objetivo é criar territórios federais e não novos estados. Por isso, opinou pela convocação de plebiscito para avaliar a criação de três territórios federais em áreas hoje pertencentes ao estado do Amazonas.

CAE aprecia substitutivo à Lei de Informática

O projeto da nova Lei de Informática será o tema de uma audiência pública que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promoverá amanhã. O substitutivo apresentado pelo relator, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), considera os telefones celulares e os monitores de vídeo como bens de informática, estendendo a todo o país os benefícios fiscais para a sua produção.

A inovação é contestada pela bancada do Amazonas, que teme o esvaziamento econômico da Zona Franca de Manaus. Por isso, o vice-governador amazonense, Samuel Assayag Hanan, é um dos convidados para a audiência. Também participarão do encontro o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel; o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Benjamin Sicsú; e o secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Carlos Pacheco.

INCENTIVO À INDÚSTRIA NACIONAL

O que prevê o substitutivo

- Preferência aos bens e serviços nacionais nas aquisições de bens e serviços de informática feitas pelo governo federal
- Benefícios fiscais para as empresas que investirem em pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação
- Estados do Sul e do Sudeste terão isenção do IPI até 31 de dezembro de 2000 e redução gradual do imposto de 95% em 2001 até 70% em 2009.
- Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste terão isenção do IPI até o fim de 2001 e redução gradual de 97% em 2002 até 77% em 2009

Estão incluídos nos incentivos

- Telefones celulares
- Monitores de vídeo
- Produtos como componentes eletrônicos
- Equipamentos baseados em técnica digital
- Programas para computadores

Ficam de fora da lei

Equipamentos de áudio, vídeo, lazer e entretenimento

Segundo o presidente da CAE, senador Ney Suassuna, a presença dos três representantes do governo federal permitirá esclarecer dúvidas quanto ao impacto do projeto. “Os dados de um não batem com os dados dos outros”, disse

Grandes investimentos previstos

para o país dependem apenas da decisão do Congresso sobre a nova lei, conforme o senador. Só a coreana Samsung, adiantou Suassuna, pretende aplicar US\$ 500 milhões. “Imagine o restante”, observou. Os investidores aguardam o texto final da lei para decidir onde

instalarão as novas fábricas.

O substitutivo garante preferência, nas aquisições de bens e serviços de informática feitas pelo governo federal, aos bens e serviços com tecnologia desenvolvida no país e aos produzidos de acordo com o chamado processo produtivo básico, em forma a ser definida pelo Poder Executivo.

As empresas que investirem em pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação estarão aptas a receber benefícios fiscais. Os estados do Sul e do Sudeste, de acordo com o texto, terão isenção do IPI até 2000 e depois passarão a contar com redução gradual do imposto, de 95% em 2001 a 70% do IPI devido até 2009. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste terão, pelo substitutivo, isenção do IPI até o fim de 2001. A redução a seguir vai de 97% do imposto devido em 2002 a 77% até 2009.

Integração universidade-empresa pode ter nova fonte de recursos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve apreciar, em reunião convocada para as 10h de amanhã, projeto da Câmara que institui contribuição de intervenção de domínio econômico, destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação Tecnológica. Relator da matéria na CCJ, o senador José Fogaça (PMDB-RS) é favorável à criação do tributo, a ser recolhido pelas empresas

detentoras de licença de uso ou adquirentes de conhecimentos tecnológicos.

De autoria do Executivo, a proposta pode estimular o desenvolvimento tecnológico no país, a partir do financiamento de programas de pesquisa científica e tecnológica realizados em parceria entre universidades, centros de pesquisa e setor produtivo. Empresas signatárias de contratos que envolvam transferência de tecnologia, firmados com re-

sidentes ou domiciliados no exterior, também vão pagar a contribuição, a ser recolhida pelo Tesouro Nacional e destinada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). A alíquota da contribuição será de 10%, e pelo menos 30% da arrecadação será destinada ao desenvolvimento tecnológico das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Fogaça propôs uma emenda ao texto original, reduzindo de 25%

para 15% a incidência do Imposto de Renda na fonte sobre os valores remetidos para o exterior a título de pagamento de serviços e assistência técnica. A redução, constante da proposta do Executivo, foi suprimida pela Câmara.

Integra também a pauta da CCJ projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que proíbe o uso da expressão “boa aparência” ou similares em anúncios de seleção de pessoal para admissão em emprego.

Antero acusa governador do DF de incitar agressão

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) sugeriu sexta-feira que os senadores pelo Distrito Federal procurem o ministro da Justiça, José Gregori, para exigir garantias à segurança do jornalista Ricardo Noblat, diretor de redação do jornal *Correio Braziliense*. Segundo Antero, o jornalista e sua família vêm sofrendo ameaças e agressões desde que o jornal adotou uma postura crítica em relação ao governador Joaquim Roriz.

O PMDB, partido do governador, também deve, na avaliação do senador, repreender Roriz devido às declarações de incitamento à violência contra os seus opositores.

— Apelo ao PMDB, ao velho MDB da resistência, que participou de todas as lutas pela democracia neste país, em que deixou as marcas e as pegadas de sangue de seus militantes. O PMDB não merece ter em seus quadros um governador com essa truculência, porque não faz bem ao estado democrático — afirmou.

Antero de Barros enumerou episódios de violência contra a família de Noblat. Ele citou a colocação de uma faixa em frente à escola onde estuda um dos filhos do jornalista,



Antero Paes de Barros sugeriu que o PMDB repreenda o governador Joaquim Roriz

insinuando que o menino seria homossexual. Outro episódio foi o espancamento do filho mais velho de Noblat na universidade onde estuda. A agressão teria sido testemunhada por assessores do governo Roriz. Para o senador, a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal não tem autoridade para investigar o próprio governo.

— Esses fatos, supostamente ligados direta ou indiretamente ao governador, impedem o livre jogo democrático, desrespeitam a liberdade de expressão e atentam contra a liberdade de imprensa — observou.

Administração de Roriz “é violenta”, diz Lauro Campos

O senador Lauro Campos (PT-DF) criticou “a forma violenta e arbitrária” com que o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, vem conduzindo a administração da cidade. A seu ver, “as constantes ameaças de Roriz à oposição” demonstram que “fazer política em Brasília é muito mais arriscado do que se pensa”.

Lauro Campos observou que as agressões de Joaquim Roriz também estão sendo endereçadas a jornalistas. Ele citou o caso do diretor de redação do jornal *Correio Braziliense*, Ricardo Noblat, que estaria sofrendo pressões do governo por exercer “um jornalismo ético, independente e construtivo”. Lauro afirmou que até os filhos de Noblat sofreram agressões, fato que considera lastimável.

Para o senador, “a violência deflagrada e estimulada” pelo governo do Distrito Federal tem raízes na “estranha personalidade” de Joaquim Roriz e no seu “modo arcaico de fazer política”. Por tudo isso, observou, Roriz está levando a população do Distrito Federal a se dividir entre o azul (cor da bandeira utilizada pelo governador durante



Lauro Campos considera que fazer política em Brasília “é mais arriscado do que se pensa”

a campanha eleitoral) e o vermelho (utilizado na bandeira do PT). “Isso é muito perigoso”, alertou Lauro Campos.

Como exemplo da “violência imposta” pelo governo distrital, Lauro Campos citou ainda o episódio ocorrido na empresa pública Novacap, ano passado, que resultou na morte de um operário e deixou outros dois cegos. Lauro lembrou que os servidores da empresa estavam reivindicando melhores salários e “foram recebidos a bala pela polícia de Roriz”. O caso ainda não foi solucionado, disse.

Boaventura homenageia os 67 anos de Goiânia

A capital de Goiás transformou-se em pólo cultural, universitário e agroindustrial e é hoje referência em várias especialidades médicas, disse

O senador Albino Boaventura (PMDB-GO) homenageou em Plenário os 67 anos da criação de Goiânia, capital de Goiás, comemorados no dia 24. O senador destacou que a idéia de transferir a capital da então Vila Boa de Goiás, atual cidade de Goiás, para uma região mais ao norte do estado surgiu em 1830, mas apenas em 24 de outubro de 1933 foi lançada a pedra fundamental do que viria a ser Goiânia.

A capital foi formalmente transferida no dia 23 de março de 1937. Hoje, Goiânia é uma metrópole com mais de um milhão de habitantes. “De um mero centro administrativo, a cidade transformou-se em um avançado pólo cultural, universitário e agroindustrial”, disse o senador. A cidade já aparece com destaque em especialidades médicas como oftalmologia, neurologia e tratamento de queimaduras. Também teve grande progresso nas áreas de engenharia e planejamento, observou.

Na opinião do senador, Goiânia oferece qualidade de vida acima da encontrada em cida-



Albino Boaventura afirma que Goiânia oferece qualidade de vida acima da encontrada em cidades do Terceiro Mundo



des do Terceiro Mundo. Albino Boaventura destacou que cerca de 85% das residências locais recebem água tratada e 70% estão ligadas à rede de esgoto. Além disso, mais de mil toneladas de lixo são tratadas diariamente. Goiânia tem 200 escolas da rede municipal e cerca de 95 mil alunos matriculados no ensino fundamental. A capital conta ainda com cerca de 150 unidades de internação, sendo quase 70 conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), mais de

16 laboratórios de citologia e quase 80 de análises clínicas.

A cidade possui também boa rede hoteleira e transformou-se em um dos grandes centros nacionais de eventos *countries*. No mês de maio, é realizada uma exposição agropecuária que é considerada uma das mais animadas festas do estado. “A presença de Goiânia no Planalto Central será determinante para transformar essa parte do nosso país numa das áreas economicamente mais promissoras do mundo”, afirmou o senador.

Lobão pede solução para garimpeiros de Serra Pelada acampados em Brasília

O senador Edison Lobão (PFL-MA) solicitou sexta-feira que as autoridades públicas se disponham a auxiliar os 5 mil garimpeiros de Serra Pelada (PA) que estão acampados em Brasília para reivindicar a volta ao garimpo e a devolução de uma tonelada de ouro sob a guarda da Caixa Econômica Federal (CEF).

Ele relatou que o ouro é objeto de 78 ações judiciais de pessoas físicas e jurídicas que alegam direito à posse do produto, por serem credoras de cooperativas dos garimpeiros da região. O senador acrescentou que os garimpeiros também reivindicam o ouro para repor os prejuízos que tiveram ao ser expulsos de Serra Pelada.

— Esses garimpeiros, do

Maranhão, do Pará e de Minas Gerais, estão hoje desvalidos, sem teto, doentes, abandonados. A peregrinação que fazem tem uma causa e essa causa é justa, pois eles já ajudaram muito o país — afirmou Lobão ao relatar que o governo pode propor uma solução legal para garantir a transferência dos garimpeiros para as localidades onde trabalhavam.

O senador também lamentou o episódio recente de agressões à família do jornalista Ricardo Noblat do *Correio Braziliense*, jornal do Distrito Federal, e



Segundo Edison Lobão, estão na cidade 5 mil garimpeiros, que pedem a volta à área de garimpo, localizada no Pará

pediu que os fatos sejam esclarecidos.

— É lastimável que a violência seja o argumento usado novamente para resolver essas diferenças. Nessas situações a liberdade e a democracia sempre sofrem — disse Lobão.

Técnico do BC depõe sobre irregularidades cambiais

O chefe do Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros do Banco Central, Ricardo Liao, será ouvido pelos senadores amanhã, após a Ordem do Dia, sobre as negociações de jogadores com clubes do exterior

As irregularidades nas operações cambiais decorrentes da negociação de jogadores com clubes do exterior



serão o primeiro assunto a ser abordado pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado encarregada de investigar os problemas do futebol brasileiro.

Amanhã à tarde, após a Ordem do Dia, o chefe do Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros do Banco Central (BC), Ricardo Liao, vai depor sobre as irregularidades.

Na quarta-feira, às 9 horas, o ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornélas, acompanhado do secretário da Previdência Social, Vinícius Carvalho Pinheiro, falará na CPI sobre sonegação no pagamento da Previdência por parte dos clubes de futebol. O depoimento do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que estava previsto para esta semana, será

agendado para o final dos trabalhos da CPI.

Os próximos depoimentos serão marcados a partir dos documentos e informações recebidos pela CPI. A proposta de marcar somente a data dos depoimentos dos convocados após os senadores disporem de dados que permitam subsidiar as inquirições foi apresentada pelo relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), durante reunião secreta realizada pela comissão.

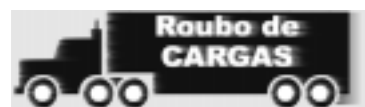
Já se encontra na CPI a documentação enviada pela estudante de Direito Renata Carla Moura Alves, que fez diversas acusações contra o ex-técnico da Seleção Brasileira Wanderley Luxemburgo. Entre elas, a de ter recebido comissão na venda de jogadores. A papelada já começou a ser catalogada para, posteriormente, ser submetida a uma perícia com o objetivo de checar sua autenticidade.

CPI que investiga roubo de cargas faz audiência em vários estados

Depois de tomar depoimentos em Florianópolis (SC), o relator da CPI Mista que investiga o roubo de cargas de caminhões, deputado Oscar Andrade (PFL-RO), disse que os resultados da investigação vão “causar comoção nacional”. Segundo ele, a expectativa é de que o trabalho se intensifique até o final do ano, com reuniões na Paraíba, em São Paulo e no Maranhão. A CPI é presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Em Santa Catarina, a comissão tomou o depoimento do presidente da Associação dos Distribuidores e Atacadistas do estado, Odemar Muller; do diretor da Transportes Marvel, Ludovino Costela; do empresário Luís Carlos Beltrami, da Transportes Udo Beltrami; e do delegado de polícia Renato Hendges.

A pedido, os dois últimos prestaram depoimento em reunião secreta. De acordo com Oscar Andrade, Beltrami relatou que teve um caminhão roubado com a carga e encontrou o veículo na Bolívia, onde entrou em contato com



as autoridades locais. Já o delegado informou que pretende prender uma quadrilha de 40 membros que atua no Sul do país. Os dois primeiros depoimentos, relatou Andrade, forneceram informações e estatísticas sobre o roubo de cargas, na mesma linha do que foi apresentado por outros empresários e representantes de donos de transportadoras na CPI.

A audiência da CPI em Florianópolis, que durou cerca de seis horas, teve ainda a presença dos deputados estaduais Francisco Appio (RS), Edson Praczyk (PR) e João Henrique Blasi (SC), que foram presidentes de CPIs que apuraram o roubo de cargas nas respectivas Assembleias Legislativas estaduais. Segundo Oscar Andrade, os parlamentares apresentaram contribuições das comissões que presidiram. O senador Moreira Mendes (PFL-RO) também esteve presente aos depoimentos.

Para Ramez Tebet, fundos de pensão devem ser tributados

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu sexta-feira em Plenário a taxa dos fundos de pensão como saída para o país pagar o aumento do salário mínimo.



Na opinião de Ramez Tebet, os fundos devem prover os recursos para elevar mínimo

Para o senador, combinada com intenso combate à sonegação, a cobrança de impostos dos fundos evitaria elevar a carga tributária sobre os assalariados e sobre o setor produtivo, principalmente de pequenas e médias empresas, já que os bancos e as grandes empresas são os que menos pagam tributos, observou ele.

Instituir alíquota única para todos os contribuintes, como chegou a sugerir a Receita Federal, seria uma injustiça, na opinião do parlamentar, porque os trabalhadores pagariam o

mesmo percentual de imposto que os milionários. No caso dos fundos, a taxa recairia sobre os integrantes “da classe média para cima”. Tebet lembrou que esses fundos não pagam Imposto de Renda, apesar de rendimentos bilionários. Além disso, por força de decisão provisória do Supremo Tribunal Federal (STF), também não estão tendo descontada a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

– Acertadamente, estamos discutindo com antecedência a separação de recursos no Orçamento para o aumento do mínimo, de modo que o Brasil deixe de pagar um salário vergonhoso aos seus trabalhadores – disse Tebet, que mencionou ainda a situação dos servidores públicos federais, há

seis anos sem aumento.

Em aparte, o líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse que não é justo os aposentados pagarem o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), a CPMF e o Imposto de Renda, quando os fundos de pensão não arcam com esses tributos. Segundo Arruda, em alguns casos, esses fundos têm patrimônio maior do que o das empresas que os originaram, especulam nas bolsas de valores e compram prédios inteiros em áreas valorizadas, mas insistem em ser considerados instituições sociais sem fins lucrativos.

– É preciso acabar com essa isenção vergonhosa. Os fundos têm de pagar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade (Cofins) e pelo menos o Imposto de Renda sobre os ganhos no mercado de ações – disse Arruda.

Tebet disse confiar na sensibilidade política do STF, “uma casa política no sentido grego”, para julgar as ações relativas aos fundos de pensão, evitando que seja cometida uma injustiça contra os trabalhadores e o setor produtivo.

CAE quer acelerar cobrança de recursos devidos à União

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), anunciou sexta-feira que vai reunir no Senado os presidentes de tribunais, ministros do governo e procuradores para discutir uma forma de acelerar a cobrança de R\$ 200 bilhões que a União tem a receber de empresas e pessoas.

– Se preciso, vamos mudar a lei para que representantes do governo negociem com os devedores. É melhor receber um pedaço dessa dívida do que nada receber – disse o presidente da CAE.

Suassuna encontrou-se na noite de quinta-feira com o ministro do Planejamento, Martus Tavares, e propôs a discussão do tema, recebendo total apoio. Amanhã, ele se reunirá com o mesmo objetivo com o ministro da Fazenda, Pedro Malan. Dos R\$ 200 bilhões, R\$ 110 bilhões estão sendo cobrados

judicialmente pela União (dívida ativa), “mas os processos na Justiça não andam”, conforme o senador. Cerca de 70% dos processos encontram-se na Justiça Federal do estado de São Paulo. Por isso, ele quer reunir primeiro os presidentes de tribunais superiores e procuradores.

A União tem a receber R\$ 75 bilhões de dívidas de empresários junto ao INSS. Outros R\$ 75 bilhões são dívidas de empréstimos concedidos via Caixa Econômica Federal, basicamente para obras de saneamento e conjuntos habitacionais populares nos municípios. O Banco do Brasil tem a receber outros R\$ 20 bilhões e o Banco Central, cerca de R\$ 30 bilhões.

O presidente da CAE afirmou “que há muito dinheiro por aí para sustentar o aumento do salário mínimo”, lembrando que a União



Ney Suassuna: “Se preciso, vamos mudar a lei para que o governo negocie com os devedores”

possui 3,5 milhões de imóveis que podem ser vendidos, incluindo os chamados “terrenos da faixa de marinha”. Em quase todas as grandes cidades litorâneas há milhares de casas e apartamentos cujos proprietários são obrigados a pagar taxas de ocupação todo ano. “Se vender esses terrenos, acaba o aborrecimento desse pagamento anual e a União receberá pelo menos R\$ 100 bilhões, somando outros milhões de imóveis em todo o interior do país”, sustentou o senador.

Távola aproxima público da música clássica

Programa na TV Senado procura mostrar que sinfonias, prelúdios e outras peças eruditas são plenamente assimiláveis por qualquer ser humano, mas o medo de que se trate de coisas complexas e sofisticadas afasta muita gente desse gênero

Esta semana, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) ocupará novamente um estúdio da TV Senado para fazer política de maneira bastante peculiar: gravará o décimo segundo programa da série *Quem Tem Medo da Música Clássica?*, uma das atrações de maior repercussão da emissora. Criado com o objetivo de formar platéias para a música erudita, o programa tem como tema uma das mais democráticas formas de arte, na opinião do

senador. Para ele, a música libera o indivíduo do narcisismo e do egoísmo, levando-o a compartilhar experiência única com seus semelhantes.

Utilizar emissora pública para ensinar fundamentos e curiosidades sobre a música clássica foi a maneira que o senador encontrou de cobrir o que considera uma falha tanto das TVs públicas quanto privadas. Segundo Artur da Távola, sinfonias, prelúdios e outras peças eruditas são plenamente assimiláveis por qualquer

ser humano, mas o medo de que se trate de estruturas complexas e sofisticadas demais acaba por afastar muita gente desse gênero. Sem contar o excesso de atenção que se dá hoje em dia a formas musicais vulgares, em razão da força das máquinas de divulgação, observou o senador.

— A diferença entre a música clássica e a música popular é formal. O que existe é a diferença entre música boa e música ruim — definiu o senador, que incluiu em um de seus programas obras do músico popular argentino Astor Piazzolla.

Buscando ao mesmo tempo dissipar os medos do público e municiá-lo de material básico para ingressar num mundo de novas sonoridades, o senador fornece em seu programa informações técnicas para que o telespectador compreenda o que está ouvindo, e até saiba como agir num concerto para apreciar melhor o que está sendo executado — bater palmas na hora certa, por exemplo, ajuda tanto os músicos quanto a platéia. Depois das lições de Artur da Távola, uma sinfo-



Távola: municiar o público de informações para ingressar num mundo de novas sonoridades

nia não parecerá apenas o encadeamento de notas, acordes (conjuntos de notas executadas simultaneamente) e seqüências melódicas. Dependendo da tonalidade, do andamento (velocidade da execução), da escolha dos instrumentos, do desenvolvimento temático e do caráter melódico, a peça contará uma história, falará do espírito de um época, traduzirá certa apreciação filosófica.

— O gostar também é uma função do compreender. É preciso que o ouvinte desafie seu gosto. Mas para isso deve em alguns mo-

mentos se dedicar a mais que o de leite — explicou o senador.

Artur da Távola mostra-se feliz com a boa audiência do programa, em razão do qual tem recebido grande quantidade de e-mails: “Fiquei encantada em descobrir seu programa, pois, através dele, estou podendo aprender mais sobre os grandes mestres e sinto-me feliz por ver que uma pequena porta se abre para uma das artes mais belas, em um meio de comunicação como a TV (mesmo um tanto restritamente, já que a emissora é por assinatura...)”, escreveu ao senador a telespectadora Marilda Teixeira, do Rio de Janeiro.

O senador chama a atenção para o fato de que esse sucesso tem-se dado a despeito da austeridade da produção, que conta com uma pessoa, além dele próprio, e que se abastece de uma pequena quantidade de fitas. Além do material de arquivo, a TV usa gravações de concertos realizados em Brasília. O programa pode ser visto aos sábados e domingos às 10h e às 18h, com reprise às sextas-feiras às 18h30.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate* — Sen. Lauro Campos e o professor de Comunicação da Universidade de Havana, Eddy Gimenez, falam da informação na conjuntura internacional
7h30 — *Entrevista* — Sen. Sebastião Rocha fala sobre o uso do silicone no organismo
8h — *Especial* — Sergipe
8h30 — *TV Escola* — Educação Especial — Escola, a primeira aventura
9h — *Cores do Brasil* — Pernambuco
9h30 — Congresso de Aplicações da Internet no Governo — parte 4
11h — *Entrevista* — Terapias alternativas
12h — *Entrevista* — Sen. Sebastião Rocha fala sobre o uso do silicone no organismo
12h30 — *Revista Brasília* — 14
13h30 — *Debate* — Sen. Lauro Campos e o professor de Comunicação da Universidade de Havana, Eddy Gimenez, falam da informação na conjuntura internacional
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
18h30 — *Revista Brasília* — 14
19h30 — *Debate* — Sen. Lauro Campos e o professor de Comunicação da Universidade de Havana, Eddy

Gimenez, falam da informação na conjuntura internacional

20h30 — *Entrevista* — Sen. Sebastião Rocha fala sobre o uso do silicone no organismo
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
Logo após — *Revista Brasília*

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Peças para o prazer e o intelecto

O programa *Quem Tem Medo da Música Clássica?*, apresentado na TV Senado pelo senador Artur da Távola, mostrou em suas 11 primeiras edições basicamente peças da música erudita produzida até o fim do século 19 e considerada pelo senador como de mais fácil assimilação — engloba estilos como o barroco, o clássico e o romântico. O primeiro programa apresentou a *Sinfonia Júpiter*, de Mozart, e os dois seguintes foram dedicados inteiramente à *Sinfonia Pastoral n.º 6* de Beethoven. Bach, Tchaikovski e Haydn também já mereceram

um programa, cada.

Para Artur da Távola, a música erudita do século 20, por ter em grande medida abandonado ou se afastado da harmonia, exige mais trabalho para seu entendimento. O próprio senador revela ter levado 20 anos escutando Arnold Schönberg, criador do dodecafonismo, até se acostumar a um estilo que se realiza por meio de combinações de notas construídas a partir de uma série de doze. Os dodecafônicos procuraram fugir à idéia de uma nota que funcionasse como centro tonal e,

conseqüentemente, como repouso (ou resolução) ao final das composições.

A música romântica, da qual Beethoven é um dos maiores, senão o maior expoente, além de induzir ao prazer, trabalha intencionalmente com elementos que a tornem popular. Ao contrário, os clássicos do século 20 procuraram excluir o prazer da audição musical, que deveria ser considerada como um atividade intelectual, e exprimiram toda a fragmentação da sociedade moderna, incluindo os ruídos.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal

DirecTV: canal 163

Sky Net: canal 30

Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica — Sistema Digital:

- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 MHz
- Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

• Symbol Rate: 3,2143Ms/s

• FEC: 3/4

Antena Parabólica — Sistema Analógico:

• Satélite - B1

• Transponder - 11 A2

• Polarização: Horizontal

• Frequência — 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Arruda homenageia atletas olímpicos

O líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), homenageou, em nome de seu partido e do Senado, os atletas brasileiros que conquistaram medalhas em olimpíadas, principalmente os judocas campeões que visitaram o Plenário na sessão de sexta-feira. Estavam presentes o judoca Carlos Honorato, medalha de prata na categoria dos pesos pesados nas olimpíadas deste ano, em Sydney (Austrália), Henrique Guimarães, bronze em Atlanta (1996), e Thiago



Arruda cobra incentivos aos esportes

Camilo, também medalhista de prata em Sydney, além de José Mário Tranquilini, judoca de Brasília que já disputou olimpíadas e campeonatos mundiais na categoria superpesados.

— A história de vida desses atletas é exemplar, pois, apesar dos problemas do esporte nacional, principalmente olímpico, e do pouco apoio que sempre tiveram, conseguiram o reconhecimento internacional — destacou o senador.

Ele lembrou a origem humilde da maioria dos atletas e destacou

a coragem que demonstraram em enfrentar, de igual para igual, atletas de países que concedem mais apoio à atividade desportiva. “A presença deles aqui é uma forma de dizermos, de forma simples, o muito obrigado da nação pelo esforço que fizeram”, acrescentou Arruda.

O senador aproveitou para pedir ao governo, aos empresários e demais setores da sociedade que incentivem o esporte como forma de impedir que os jovens se voltem para as drogas ou abandonem a escola. “O Brasil tem um material humano fantástico e podemos construir uma juventude sadia”, assinalou.

TV Senado pode ser vista por 44 milhões de espectadores

Emissora ingressa em mais um canal e passa a operar simultaneamente nas áreas analógica e digital do satélite Brasilsat. Com isso, mais que triplica seu universo de audiência em todo o país

A entrada da TV Senado em mais um canal do satélite Brasilsat B-1, gerenciado pela Embratel, vai elevar o alcance da emissora para um universo de 44 milhões de telespectadores em todo o Brasil. O ingresso da TV em mais um canal, na banda C, ocupando uma vaga surgida na área analógica do satélite, após cinco anos de espera, somente se tornou possível no último dia 19, após gestões

feitas pela Mesa da Casa, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães. A conquista da Mesa do Senado foi, inclusive, lembrada na última quarta-feira pelo senador Tião Viana (PT-AC), em discurso no Plenário.

A partir de agora, a TV Senado passa a operar simultaneamente nas áreas analógica e digital do satélite B-1, mais que triplicando o seu alcance an-

terior, que era estimado pelos organismos técnicos de operadoras a cabo em 12 milhões de telespectadores.

Com esse salto no seu alcance em todo o país, a TV Senado praticamente atinge sua maioria como veículo de comunicação, após cinco anos de existência, como afirmou o diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita.

Segundo estimativas do Ministério das Comunicações, há no Brasil um total aproximado de 8 milhões de antenas parabólicas instaladas. Se for levado em conta que há uma média de quatro telespectadores para cada antena instalada, como estimam as associações do setor, tem-se um número de 32 milhões de telespectadores. Fazendo-se o mesmo cálculo com os cerca de 3 milhões de assinantes das TVs a cabo e similares (MMDS e satélite banda Ku), chega-se a um número de 12 milhões de telespectadores, que, somados aos 32 milhões do grupo usuário de antena parabólica, resultam num total de 44 milhões de telespectadores no alcance da TV Senado.

Operação em UHF será o próximo passo

No próximo mês, um novo e importante salto aguarda a TV Senado: a entrada na categoria das emissoras de canal aberto, passando a operar em UHF, inicialmente para todo o Distrito Federal, através do canal 51, mas abrindo em seguida a possibilidade imediata de retransmissão para os mais de cinco mil municípios brasileiros. Até agora, mais de 500 câmaras municipais e prefeituras mostraram formalmente interesse em firmar convênio para a retransmissão da TV Senado em suas localidades.

Com essa iniciativa, a emissora estará atendendo a milhares de pessoas que vinham cobrando do Senado a abertura do canal da sua TV, de modo a democratizá-lo ainda mais, tornando-o acessí-

vel mesmo para os que não têm parabólicas ou não são assinantes de operadoras de TVs a cabo e similares.

Com o início da geração em UHF e convertendo-se numa unidade geradora, a TV Senado estará recebendo as manifestações

linha de democratização da TV Senado virá do que está previsto em projeto de lei de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que obriga as empresas que operam em MMDS (por onda) ou qualquer outro sistema, a exemplo do que já ocorre com as operadoras de TVs a cabo, a incluir nos cardápios de canais oferecidos aos seus usuários a TV Câmara.

O projeto de lei do senador paranaense encontra-se no momento tramitando na Câmara dos Deputados e, após sua aprovação e posterior sanção pelo presidente da República, contribuirá para abrir ainda mais o leque de alcance daquelas duas emissoras, tornando mais democrático ainda o seu acesso.

500
câmaras municipais e prefeituras já mostraram interesse em retransmitir as imagens da TV Senado em suas localidades

de interesse de retransmissão das câmaras de vereadores, assembleias legislativas ou das prefeituras a fim de firmar convênios com essas instituições. Os interessados devem ligar para o serviço telefônico gratuito do Senado, 0800-612211.

MMDS

Um outro passo importante na

Pesquisador mostra uso de equipamentos bioenergéticos na recuperação da saúde

A aplicação dos pressupostos da bioenergética na tecnologia de recuperação da saúde é o tema dos estudos do engenheiro-elétrico Paul Laussac, o convidado do programa *Entrevista Especial*, que a TV Senado levou ao ar no fim de semana.

Além de demonstrar, ao vivo, o funcionamento de alguns dos aparelhos bioenergéticos, Laus-

sac explicou ao jornalista Fernando Cesar Mesquita os fundamentos de seus experimentos, baseados em grande parte nas pesquisas de cientistas russos, que não encontraram eco na ciência médica ocidental.

Entre essas descobertas, Laussac destacou a conclusão de que a comunicação intercelular é baseada em frequências vibratórias

e não em transmissões químicas, resultando na afirmação de que as doenças são resultado do desequilíbrio do campo elétrico gerado por cada célula e organismo vivo.

Os resultados obtidos pelos russos não tiveram divulgação nos Estados Unidos porque, segundo Laussac, contrariam interesses da indústria de remédios, que baseia o combate às principais doenças no ataque químico aos microorganismos (antibióticos, por exemplo). De acordo com esta outra visão, bastaria estabilizar a frequência vibratória



Desde o dia 19, parabólicas podem captar a TV Senado na banda C do Brasilsat B-1

Fase experimental propicia a solução de problemas

Por enquanto, a TV Senado está operando em fase experimental para os receptores com antenas parabólicas. Nesta fase, foram identificados alguns problemas, entre eles um *chuvisco* na imagem ou mesmo a captação de imagem em preto e branco.

Segundo a direção da TV Senado, esses problemas já foram solucionados pela Embratel,

após ter sido informada pelo setor técnico da emissora. Se persistirem alguns deles, contudo, o telespectador deve proceder a uma sintonia fina no seu aparelho ou buscar o auxílio de um técnico. Se o problema não for solucionado, o telespectador deve entrar em contato com a TV Senado, através do serviço de telefonia gratuita, discando 0800-612211.

COMO SINTONIZAR POR PARABÓLICA

Desde o último dia 19, os telespectadores que possuem antenas parabólicas e que recebem sinal analógico estão podendo sintonizar a TV Senado. Veja como o usuário deve programar sua aparelhagem:

Acionar o botão de "polarização" do seu receptor, colocando-o na posição horizontal.

Se o aparelho tiver display numérico, a frequência a ser ajustada é de 4.130 MHz. Se não tiver esse dispositivo, basta ir mexendo no botão, até aparecer a imagem da TV Senado.

4.130 MHz



Fernando Cesar com o engenheiro Paul Laussac, convidado do programa *Entrevista Especial*

celular para acabar com as moléstias.

Laussac afirmou também que

uma medicação que acabe com a doença, a descoberta teria sido abafada, segundo o entrevistado.

a cura do câncer foi descoberta em 1940: era um aparelho oscilador de ondas múltiplas, construído por Lacovski, que chegou a 98% de eficiência em casos terminais. Por intervenção das multinacionais que auferem bilhões de dólares para achar

Mozarildo cobra mais proteção para Amazônia

Para o senador, o governo precisa ser mais arrojado na defesa da região, ameaçada por interesses de potências estrangeiras

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse que o governo brasileiro precisa ser menos tímido e mais arrojado na defesa da Amazônia. Ele acredita que a Operação Colômbia, a ser realizada pelos Estados Unidos para o combate ao narcotráfico no país vizinho, é uma porta aberta para a invasão da região por potências estrangeiras. Mozarildo elogiou a posição do presidente Fernando Henrique Cardoso de não aceitar o engajamento do Brasil na operação. “Nós sabemos cuidar da Amazônia, das nossas riquezas, e temos capacidade de combater o narcotráfico”, afirmou.

Para o senador, a intervenção militar na Colômbia é a concretização das denúncias de cobiça internacional sobre a região. O senador leu reportagem publicada na revista *IstoÉ* sobre a 4ª Conferência Ministerial de Defesa das Américas, realizada de 17 a 20 de outubro, em Manaus (AM). Mozarildo destacou declaração de representante dos Estados Unidos na ocasião,



Mozarildo Cavalcanti alertou sobre o perigo da Operação Colômbia para a região amazônica

segundo o qual a operação na Colômbia acontecerá com ou sem apoio internacional.

Para Mozarildo, a “desculpa” do combate ao narcotráfico e à guerrilha garante apoio das grandes potências à operação norte-americana. “Toda a Amazônia brasileira está vulnerável”, afirmou, destacando que Roraima é considerado um estado por onde passa o tráfico de drogas. Na opinião do senador, é preciso ter em mente “a gravidade da situação e não deixar passar em branco a ameaça”. O senador leu, ainda, entrevista em que o

general brasileiro Carlos Eduardo Jansen pede a plena operação do Sivam (Serviço de Vigilância da Amazônia), a reativação do projeto Calha Norte e o uso econômico da região como forma de garantir a soberania nacional.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) parabenizou Mozarildo pela defesa da soberania nacional e de um órgão de inteligência de Estado que saiba o valor da região amazônica. Para ele, a Operação Colômbia permitirá ao Exército norte-americano conhecer militarmente a região.

Gilvam cumprimenta Jader e defende reajuste para servidor do Legislativo

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) cumprimentou o presidente e líder do seu partido, o senador Jader Barbalho (PA), que completou sexta-feira 56 anos de idade. Gilvam destacou a força política de Jader no estado do Pará e em toda a Amazônia, e disse que a dedicação e o empenho do colega engrandecem o partido e o país.

– Ele é uma estrela da constelação das lideranças nacionais – afirmou Gilvam Borges, que também elogiou a luta de Jader por reformas que aprimorem o quadro político e partidário do Brasil.

Gilvam Borges leu, e pediu seu registro nos Anais do Senado, artigo do senador paraense publicado dia 26 no jornal *Folha de S. Paulo*. No texto, Jader faz análise das recentes eleições municipais e sugere, entre outras modificações, a adoção do princípio da fidelidade partidária

no âmbito da reforma política. Segundo o artigo, a fidelidade partidária garantiria maior compromisso dos políticos com as causas defendidas pelas legendas, o que fortaleceria a imagem do Legislativo.

Jader também comentou no artigo o crescimento do número de prefeituras conquistadas pelo PMDB (1.252 cidades) e diz que a eleição demonstrou o amadurecimento da população. Alerta ainda para o fato

de que, em sua opinião, esse resultado não significará de imediato mudanças significativas na estrutura das instituições políticas nacionais.

REAJUSTE

No mesmo discurso, o senador Gilvam Borges pediu o apoio dos demais senadores e da Mesa



Gilvam Borges destacou a importância de Jader Barbalho, presidente do PMDB, para o Pará e toda a Amazônia

da Casa no sentido de conceder aos servidores do Legislativo, por meio de ato administrativo, a reposição dos 11,98% aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ele justificou o pedido lembrando que os servidores públicos estão sem reajuste há seis anos.

Quintanilha manifesta solidariedade a Maluf

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) manifestou sexta-feira em Plenário solidariedade da bancada do PPB no Senado à candidatura de Paulo Maluf à prefeitura de São Paulo, nas eleições que seriam realizadas nesse domingo. Segundo disse, o eleitor paulistano deveria fazer a opção certa e votar em Maluf para que a cidade, “a locomotiva econômica” do Brasil, ficasse em mãos de quem já demonstrou ser administrador competente e ter condições de resolver os problemas locais.

Quintanilha defendeu Paulo Maluf das campanhas que, segundo ele, tentaram responsabilizar o candida-



Quintanilha: Paulo Maluf é administrador competente para resolver problemas de São Paulo

to pela “desastrosa administração” do atual prefeito, Celso Pitta. De acordo com o senador, tentar confundir as administrações de Pitta e Maluf “é, no mínimo, injustiça” que se pratica contra o candidato do PPB.

Para Tião Viana, candidatura de Marta representou a ética

O senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que a candidatura de Marta Suplicy (PT) à prefeitura de São Paulo, ao contrário da de Paulo Maluf, representou um novo modelo de se fazer política, baseado na ética e no respeito ao cidadão. Ele destacou o propósito de Marta de construir “um novo paradigma de governo e de diálogo com a sociedade”, no qual a violência, a calúnia e a difamação não façam mais parte do dia-a-dia dos governantes.

– São Paulo precisa de um dirigente à altura das tradições do estado e que tenha como referencial a ética. E esse nome é Marta Suplicy – disse o senador acreano, ao discordar do senador Leomar Quintanilha, para quem a eleição de Paulo Maluf poderia trazer novas esperanças para a população paulistana.



Tião Viana afirmou que Marta Suplicy pretende construir um novo modelo de governo

Tião Viana afirmou ainda que a última administração de Paulo Maluf foi responsável pela “completa destruição do Sistema Integrado de Saúde (SUS)” na cidade. No lugar do SUS, disse, Maluf criou o Programa de Assistência à Saúde (PAS), “que logo se transformou num antro de corrupção”, disse Tião Viana.

Senador elogia autorização para propaganda de genéricos

A decisão do Ministério da Saúde de liberar a propaganda parcial dos medicamentos genéricos em todo o país foi elogiada pelo senador Tião Viana. Segundo disse, a medida é importante e informará a população brasileira sobre a qualidade desses medicamentos, além de favorecer a aquisição de remédios mais baratos pelos brasileiros.

Tião Viana, que é médico, observou também que a decisão do Ministério da Saúde vai permitir “um freio nos lucros exorbitantes” das

indústrias farmacêuticas. Ele entende que os genéricos, a exemplo do que ocorre em todo o mundo, devem ser vendidos em larga escala e atender, especialmente, às famílias de baixa renda.

O senador acrescentou que os genéricos são de boa qualidade, e inexistem razões para que esse tipo de medicamento não seja vendido nas farmácias em igualdade de condições com os de marca, apesar do poder econômico dos fabricantes multinacionais.